



NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

“PROCESSO CAMBRIDGE”

MEC QUER AJUDA PARA RESOLVER PROBLEMA QUE CRIOU

PLATAFORMA SINDICAL CONSIDERA QUE CARÁTER FACULTATIVO DEVERÁ ENVOLVER A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES EM TODO O PROCESSO

Soube-se ontem que o MEC terá encontrado parceria para resolver, a seu favor, o problema com que estava confrontado pelo facto de quase metade dos professores convocados para realizarem as provas pretendidas pela Cambridge não terem feito o teste, uns não comparecendo nas ações de formação que decorreram em dias de aulas, outros, embora comparecendo, recusando submeter-se a uma prova que põe em causa a adequação da sua habilitação profissional para exercer atividade em escolas portuguesas.

Dado o número tão elevado de docentes que não fez o teste, o MEC procurou uma solução para o problema criado com a insuficiência de professores para a realização das provas de oralidade e escrita, tendo escolhido uma forma de resolver o problema: deixar cair o carácter obrigatório da realização do teste. Ficaria mal esse anúncio, pois significava o reconhecimento da dificuldade. A fabricação de um acordo que desse a ideia de haver alguma cedência, quando, na verdade, se tratou apenas de um recuo tático forçado pela necessidade de resolver um imprevisto, foi a fórmula adequada encontrada. Um recuo visando o essencial: contar com professores, envolvidos à força, a quem, abusivamente, o MEC impunha esta atividade passando por cima das demais, essas sim parte integrante do conjunto de funções a que, como profissionais, estão obrigados.

Tal como em 2013, quando obtive parceria para obrigar professores com menos de 5 anos a realizarem a PACC, o MEC reencontra o parceiro para um novo acordo do qual saem sacrificados os mesmos de sempre: os professores.

Não tem qualquer sentido dispensar os professores de um teste a que já foram obrigados, mas que a razão e a determinação de muitos permitiu que não se submetessem à sua realização. Assim, as organizações sindicais de professores - ASPL, FENPROF, SEPLeU, SINAPE, SIPE, SIPPEB e SPLIU - que efetivamente e de forma transparente convocaram greve dos professores ao serviço relacionado com o processo Cambridge, para o período compreendido entre 7 de abril e 6 de maio de 2015, tendo já efetuado a entrega de pré-aviso no MEC, vão manter a convocação da greve.

Estarão dispostos a rever a sua posição se, por um lado, se tornar facultativo o envolvimento dos professores em todo o processo relacionado com a “Cambridge”, incluindo a realização das provas de oralidade e escrita dos alunos.

Independentemente do que vier a suceder na **reunião convocada pelo MEC para dia 31, terça, pelas 10 horas**, as organizações sindicais não abdicam de exigir que sejam devidamente explicadas as dúvidas que colocaram a propósito do protocolo celebrado com aquela entidade estrangeira.

Por absurdo que pareça, as sete organizações sindicais subscritoras do pré-aviso de greve foram ainda convocadas para reunião a realizar na DGAEP, amanhã, sexta, dia 27 pelas 14.30 horas, para debater se as provas da Cambridge constituem ou não necessidades sociais impreteríveis, justificando a organização de serviços mínimos. Ao que chega o absurdo...

As Organizações Sindicais de Professores